

A UNIVERSIDADE E A CRISE BRASILEIRA*

Hugo Pereira do Amaral
FAFICH — UFMG

* Aula inaugural dos Cursos do Centro de Estudos Superiores de Filosofia e Teologia da Companhia de Jesus (CES). Belo Horizonte, 07.03.94

Eu me senti profundamente honrado ao receber no mês de agosto o convite para proferir a aula inaugural dos cursos de 1994. Na verdade, emocionado e honrado: pois só o impulso generoso da direção deste Centro pode explicar, até mesmo, os erros de avaliação encobertos pela manta da benevolência. O tema desta aula propõe uma reflexão sobre a Universidade e a Crise Brasileira.

No início da década de sessenta, a expressão nominal que mais se empregava para denotar a nossa situação histórica era: "a realidade brasileira". Havia uma confiança contagiante nas potencialidades do Brasil, o otimismo demiúrgico era o tônus que nos mantinha solidamente implantados no solo de nossas esperanças e de nossas ilusões e o que nos inspirava e movia era a força mobilizadora das "energias utópicas".

Tentarei explicitar algumas das pressuposições que, na minha opinião, conferiam a uma expressão nominal em princípio anódina — "a realidade brasileira" — a senha de um vasto, contraditório e generoso imaginário. *Primeiro*: a ação teleologicamente ordenada seria capaz de instaurar, através de um ato fundador, revolucionário em sua essência, uma sociedade em consonância com os princípios da justiça e da igualdade; *Segundo*: o ideal de uma organização democrática e constitucional do Estado era, na melhor das hipóteses, um meio e não um fim em si mesmo; e os direitos políticos e civis eram, com fre-

qüência, considerados meramente formais, uma astúcia da sociedade burguesa, um expediente a mais para manter a sociedade alienada de si mesma, impedida de ver-se de maneira crítica e construtiva; *Terceiro*: a Revolução Cubana, em 1959, associada a uma esplêndida e romântica saga da inventividade revolucionária, tinha seu ponto inicial em Sierra Maestra e seu ponto final suspenso, indefinidamente, porque algumas de suas importantes realizações, apesar de recebidas invariavelmente de forma acrítica e estimularem idealizações prosaicas, confirmavam a plausibilidade de um ato fundador de natureza revolucionária e marxista. Duas conseqüências imediatas e profundas sobrevieram à geração, politicamente ativa, dos anos 60: um acentuado reforço do voluntarismo político e, entre muitos que depositavam a sua esperança na instauração transcendente do reino de Deus, um processo profundo de imanentização do sentido da história. Em termos mais sintéticos: Cuba tornou-se a referência da utopia em realização e, já em meados dos anos sessenta, centro de peregrinação e de cultuação profana. Fidel converteu-se em O Comandante, na verdade, um zeloso e genial administrador do culto de si mesmo.

O batismo de fogo deu-se a partir do Golpe de 1964, e tivemos no Brasil a confirmação de que o "esgotamento das energias utópicas" estava longe de ter algum sentido para nós: sofrimentos inimagináveis, manifestações de solidariedade de todo tipo, riscos a toda hora, mutilações e mortes atestavam o compromisso de milhares de brasileiros com a causa da instauração de uma sociedade justa. Tratava-se, na verdade, de um "batismo de sangue" em nome da desalienação da "realidade brasileira" e da libertação de nosso povo do cativeiro que o mantia explorado e alienado. No campo semântico desse imaginário, encontrava-se no conceito de alienação, uma das chaves de interpretação de nossa "realidade brasileira", uma espécie de "passe-partout" hermenêutico que liberava a linguagem, infelizmente tão cativa de inúmeros interditos lingüísticos.

Nos anos 90, todavia, a expressão que mais se utiliza para denotar a nossa situação histórica é "a crise brasileira". O mundo deu muitos giros e os eixos semânticos que estruturam o nosso imaginário social sofreram radical inflexão: *Primeiro*: há um generalizado esgotamento das energias utópicas; provavelmente intensificado com o desmoronamento do bloco soviético, à sua inesperada autodissolução. Não foi o mundo capitalista que o destruiu, através de uma intervenção externa, mas fatores gerados no seio da própria sociedade soviética. E de todas as explicações que se tem dado, a mais singela parece-me a mais plausível: o fim do bloco soviético está intimamente relacionado com a práti-

ca sistemática, expansiva e, ao final, trágica da mentira. Em nome dos superiores interesses do socialismo real, silenciava-se diante de práticas inaceitáveis do ponto de vista moral e político; em nome de uma estratégia de planejamento das forças produtivas, eram fixadas metas estatísticas, que deviam ser alcançadas, pelo esforço do povo soviético, mas totalmente irrealistas e que eram realizadas de forma fictícia pela prática invertida de um imperativo categórico que postulava e se assentava na contradição e auto-anuladora universalização da mentira. A obsolescência, por exemplo, do parque industrial da ex-Alemanha Oriental, da Rússia, da Ucrânia, da Romênia, da Polônia é simplesmente chocante. Um regime que fazia da liberação das forças produtivas o fundamento da emancipação do homem, bloqueava, através da prática minuciosa da mentira, o desenvolvimento dessas mesmas forças. Por outro lado, a proclamação diária dos valores da liberdade, da igualdade, da justiça, da democracia, não batia com a vivência diária das pessoas comuns. Germinava uma espécie de mais-valia simbólica que quanto mais crescia mais claramente evidenciava a colossal impostura. Esse pano de fundo não deve, na minha opinião, ser subestimado quando nos referimos à “crise brasileira” e ao ceticismo, ao niilismo que se abateu sobre importantes grupos da militância da esquerda brasileira. Parece-me ser indicador seguro do “esgotamento das energias utópicas”. Segundo: a experiência do processo de democratização do Brasil que ocorreu com participação popular jamais realizada em nossa história, haja vista a campanha das diretas, foi rudemente golpeada pelo que se seguiu à recusa do Congresso em acolher o clamor nacional. Através de um piparote indiscutivelmente inteligente de Tancredo Neves, que redundou na formação da Aliança Democrática — pacto de conciliação entre os representantes do regime autoritário com as forças da resistência democrática, à exceção do Partido dos Trabalhadores, que se manteve solitariamente à parte de um jogo que lhe parecia suspeito e escuso —, consolidou-se, a meu ver, a convicção de que as elites mais retrógradas detinham invariavelmente as chaves de nosso destino. E para aumentar ainda mais a descrença dos descrentes, foi Sarney, e não Tancredo, quem assumiu a Presidência da República. Convenhamos que José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, conhecido como o Zé do Sarney, autor festejado de *Marimbondos de Fogo*, não reunia em si mesmo as qualidades requeridas para o exercício de uma liderança à altura do que se exigia para o Brasil. Políticas econômicas heterodoxas, que mobilizaram o fervor de brasileiros, obtiveram resultados pífios. Produziu-se, até mesmo, um evento insólito: os índices econômicos — o Pib, a taxa de inflação, os impostos, o índice médio dos preços etc.— provocaram lágrimas

enternecidas, em rede nacional de Televisão, de uma economista, com sólida formação científica, que inspirou o Plano Cruzado. Vivia-se um momento patético, mas a história, que se elucida a si mesma no correr do tempo, já o registra como um momento pateta. Infelizmente, o cortejo de eventos que se seguiram até o dia de hoje alimentam e reforçam o pessimismo, a insegurança e a descrença que se abateram sobre muitos segmentos da sociedade brasileira. *Terceiro:* a crise brasileira é percebida como generalizada, de longa duração e resistente às tentativas de superá-la. E não podendo ser mais vencida por uma ação política, inspirada numa ética dos fins absolutos, pois é nesta ética que se enraíza a força mobilizadora e totalizadora das utopias, e estas, com a provável exceção do fundamentalismo islâmico, fenece-ram em nosso tempo.

Há, no entanto, iniciativas, a rigor, impensáveis nos anos 60 que contêm em germe, na minha opinião, as premissas de transformações de nossa sociabilidade política por se apoiarem num horizonte de utopias ativas, completamente desvinculadas de uma ética dos fins absolutos, desatreladas também de vanguardas que se autocompreendiam, em pose enfática, como confidentes do sentido da história, da razão da história ou das leis que determinariam o devir da aventura humana nessa terra. *Primeiro:* A Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, que encontrou no Betinho o seu mais corajoso inspirador. Com efeito, penso que Betinho, que percorreu quase todo o arco das opções militantes de esquerda — de jecista a maoísta — é o primeiro teórico e militante da esquerda brasileira que efetivamente compreendeu o significado da queda do Muro de Berlim e da autodissolução da União Soviética. E nos convida a uma ação despojada de qualquer preconceito, destituída de malabarismos cansativos das pequenas e grandes estratégias políticas. Ele simplesmente observa: trinta e seis milhões de brasileiros vivem na miséria absoluta, famintos de comida e não de construções teóricas a respeito do sentido da história. E essa situação é simplesmente intolerável. O nosso irmão faminto, quando recebe o alimento, não tece nenhuma consideração a respeito do caráter meramente emergencial e não estrutural do gesto de solidariedade de quem lhe oferece comida e bebida. Ele come e bebe, pois vive num “sistema de necessidade” marcado por carências absolutas, e sua vida depende de uma solidariedade ativa, imediata, inadiável. Lembra-me sempre a situação de Candide, essa esplêndida personagem de Voltaire, que tendo passado por todo tipo de infortúnios entre búlgaros e ábaros, alcança, enfim, a hospitaleira Holanda. E depois de ouvir uma longa prédica sobre a caridade, feita por um ardoroso cristão a uma grande As-

sembléia, pediu-lhe pão e recebeu a seguinte interpelação: "Meu amigo, credes que o papa seja o Anticristo?", ao que respondeu: "Ainda não ouvi dizer isso, mas que ele o seja ou não, careço de pão".

A Campanha é pela vida, e a vida floresce e dá os seus frutos pela contínua prática da solidariedade: o emprego, a remuneração justa, a educação, o exercício da cidadania, o lazer, a feliz contemplação de uma paisagem, a meditação silenciosa de um texto amado, o contentamento, enfim todas as manifestações da vida sensata solicitam de maneira imperativa a negação urgente da fome, e a superação do "sistema de necessidade" marcado por carências absolutas. Do ponto de vista da ética, essa Campanha contra a Fome e pela Vida exige a renúncia da ética dos fins absolutos e das ilusões titânicas das utopias que se autopercebiam como fundadoras radicais de um novo mundo, de uma nova sociedade, de um novo homem. Na verdade, ela se sustenta pela mais frágil das virtudes: a virtude da esperança indignada e agente. *Segundo:* As experiências de planejamento participativo que tiveram grande impulso, em Minas Gerais, quando Paulo Hadad foi Secretário do Planejamento. Os projetos contavam com a ativa participação das comunidades envolvidas, num processo de decisão que compreendia as etapas de diagnóstico, definição de objetivos, quantificação de metas e, finalmente, a avaliação de sua execução. O certo é que num período de três anos, em circunstâncias políticas adversas, mais de 900 projetos foram executados em Minas Gerais. Essas experiências exigiram uma reorientação de estilo dos agentes da administração pública, frequentemente muito ciosos de seus conhecimentos técnicos e pouco afeitos a ouvir. E sofreram contestações de políticos tradicionais que, quando voltavam às bases eleitorais, não encontravam mais uma clientela eleitoral, mas o povo organizando-se. Outra importante experiência de vinculação ativa da população à administração pública é a que realiza a administração municipal de Belo Horizonte sob a liderança de Patrus Ananias. Refiro-me à arrojada experiência do Orçamento Participativo. Nessa experiência, a participação se aprofunda, pois envolve interesses decisivos e contraditórios e, caso seja consolidada, provavelmente exigirá uma reforma que redefina e compatibilize o papel da Câmara Municipal na elaboração do orçamento. Em todo caso, é uma das mais profundas experiências de participação popular, pois dá início a uma efetiva reforma democrática do Estado. *Terceiro:* há uma experiência no sistema produtivo-empresarial que deve ser observada: refiro-me à Semco, empresa do ramo metalúrgico. Sob a liderança de Ricardo Semler, foram introduzidas em seu gerenciamento práticas democráticas de caráter

surpreendentemente inovador, rompendo com o interdito de que a lógica das organizações empresariais do sistema produtivo são estruturalmente incompatíveis com as exigências da liberdade. Ou, em outro registro conceitual, são incompatíveis com uma ação comunicativa que estabeleça um entendimento, um consenso entre os agentes de um sistema de interação no qual historicamente tem prevalecido a ação de natureza instrumental. Se consolidada, são promissoras as possibilidades de introduzir práticas democráticas no sistema produtivo. A Semco implantou regras que coordenam as ações de seus agentes, conciliando produtividade e prática efetiva da liberdade. A título de exemplo: a carga horária de trabalho é fixada pelos próprios trabalhadores; todas as pessoas em cargo de chefia são eleitas por seus subordinados e avaliadas semestralmente. As chefias são confirmadas ou substituídas quando a avaliação, medida por um sistema de pontuação, cai reiteradamente. Os salários são estabelecidos num processo aberto de entendimento, e a contabilidade da empresa não é uma caixa preta, mas um dos dados postos em cima da mesa para discutir, avaliar e decidir.

São três exemplos de natureza diferente, mas que assinalam efetivo amadurecimento de práticas sociais e políticas que, é verdade, não anunciam “manhãs cantantes”, pois são humanas, simplesmente humanas. Essas transformações não constituem o alvorecer de um novo mundo, pois o novo do mundo é construído na labuta do dia-a-dia, e não na retórica sumamente narcísica e vazia dos que padecem de uma exaltação demiúrgica, própria somente dos deuses, e nossa fé nos diz, dos falsos deuses.

A esta altura, é hora de refletir sobre a Universidade. Não me anima nenhuma pretensão de apresentar algo de original: não me sinto capaz de fazê-lo e, no caso, trata-se de questão já tematizada à saciedade. Exporei, no entanto, a visão que tenho de alguns aspectos da Universidade brasileira, e, em seguida, esforçar-me-ei para articular os dois eixos de nosso tema.

No contexto da “crise brasileira”, identificaremos alguns traços da Universidade que possam situar melhor o seu papel em nosso país. Os meus conhecimentos e minha vivência restringem-se sobretudo às Universidades Públicas brasileiras. Existem, no entanto, traços comuns que devem ser constatados em uma Instituição que seja pelo menos fiel a um de seus princípios, por exemplo, a busca da excelência acadêmica que, entre outros pressupostos, exige que a conjuntura não venha convertê-la em serva da improvisação e das soluções amadorísticas.

Mas, a rigor, versaremos a respeito de um ente, a Universidade, que não existe mais. O que existe são Pluriversidades, a expres-

são é rebarbativa, mas denota a realidade da Universidade no mundo contemporâneo. Se me permitirem, farei, para melhor situar a ordem das questões, referência a uma experiência pessoal que tive, enquanto postulante ao reitorado da UFMG em outubro do ano passado. Como candidato, tentei entrar em contato com os 93 departamentos acadêmicos de nossa Universidade. E à medida que realizava o árduo percurso, num debate que fazia no Departamento de Física, experimentei a mais inesperada e desconhecida, pelo menos para mim, das regressões proustianas, pois não estava relacionada com nenhuma aguda experiência sensível. Um dos participantes do debate afirmou que a Universidade se tornara um amontoado de áreas do conhecimento que na verdade se desconheciam. O fato é que subitamente a minha memória foi relançada a um texto de H. C. de Lima Vaz — “A Universidade na Cultura Contemporânea” — publicado em 1975, que apreende no conceito o que efetivamente é a Universidade de nosso tempo histórico. Trata-se de artigo de estrutura conceitual rigorosa, mas muito esquematizada e, naturalmente, não me atreverei a sintetizar um texto admiravelmente sintético. Mas farei algumas referências livres, bem livres, a uma reflexão que, seguramente, nos ajuda a melhor compreender a raiz dos dilemas da Universidade moderna.

Primeiro: nas Universidades brasileiras, com certo grau de diferenciação, é notável como varia, sobretudo entre professores e, até certo ponto, entre estudantes e funcionários, vinculados às suas diferentes áreas de atuação, a auto-representação que se tem de suas finalidades, da relação pedagógica entre professor e aluno, da interação adequada entre o segmento de funcionários e suas chefias acadêmicas, da agenda de suas prioridades e de sua inserção na sociedade regional, nacional e internacional. Essa diferenciação, parece-me, está naturalmente vinculada às constelações de universos culturais que se projetam, “em modelo reduzido”, na Instituição Universitária. Esses “universos culturais”, um pouco à maneira dos jogos de linguagem de Wittgenstein, não podem ser reduzidos a uma unidade que nos autorizaria “a falar de um hiper-universo, ou de um universo de universos”. A título de ilustração, os departamentos e as unidades acadêmicas nos quais se inscreve, predominantemente, de um lado, o “universo cultural da pesquisa”, e de outro o “universo cultural da profissão” têm sobre assuntos, a meu ver cruciais, opções não só diferentes, mas algumas vezes conflitivas. Ora, as regras que definem, vamos dar um pequeno exemplo, o regime de trabalho dos docentes não apreendem e, naturalmente, não contemplam, de forma adequada, essas diferenças. E nas instâncias onde poderiam, através da ação comunicativa e

deliberativa, alcançar um entendimento razoável entre as partes, são versadas sob um ângulo muito burocrático e as questões centrais são raramente contempladas em um discernimento prático e conseqüente. Numa outra perspectiva, por exemplo, o eixo epistemológico no qual se agrupam as ciências empírico-formais reflete um *ethos* acadêmico muito diferente do da área das ciências históricas, sociais e hermenêuticas. Nesse ponto, a diversidade de valores, hábitos, costumes e usos entre as áreas constituem riqueza que, através de programas que venham assegurar entre elas formas duráveis de interação, trabalho e convivência poderiam, pouco a pouco, construir um mínimo de unidade intra-universitária, sem a qual o projeto de nossas Instituições universitárias deverá, num futuro próximo, ser redefinido. Prevalece, em grande medida, a justaposição de áreas que só se atenua um pouco no momento das eleições que antecedem a investidura das autoridades universitárias. Mesmo assim, a lógica e as regras eleitorais não se enraízam no caráter pluriverso da Universidade, e, conseqüentemente, não expressam de forma adequada a sua própria realidade. Não é o caráter democrático e participativo que está em questão, mas o fato de não incorporarmos nas regras eleitorais as complexas mediações de nossas Universidades. Vive-se, então, a experiência de um simulacro, a Universidade converte-se numa mini-nação e procedimentos e expedientes políticos fundados na lógica permissiva das cooptações tendem, em certas circunstâncias, a prevalecer. *Segundo*: no que diz respeito à prática da autonomia universitária, as Universidades Públicas Federais estão vivendo, no momento atual, a hora de sua verdade. Há muito o texto constitucional assegura a liberdade acadêmica, administrativa e a autonomia da gestão financeira. Na verdade, a gestão financeira é mera ficção, pura mistificação. Nossas Universidades estão atreladas integralmente ao orçamento do Mec e dele tornaram-se reféns virtuais. O contingenciamento ou a liberação dos recursos financeiros são realizados ao bel-prazer do governo. E, na administração Collor, tentou-se estabelecer, com o maior descaro, relação de pura chantagem. Penso que uma efetiva autonomia da gestão financeira poderia ser obtida, no atual processo de revisão constitucional, através da vinculação de um percentual do Imposto de Renda, do IPI e dos impostos de importação e exportação às universidades federais. Tanto para os custeios de pessoal como para o orçamento de custeio e de capital. Mantendo-se, naturalmente, e até mesmo intensificando, rigoroso controle do Tribunal de Contas da União. É uma proposta tecnicamente viável e que contaria, até mesmo, com o repertório de erros e acertos do bem-sucedido processo de gestão financeira das universidades públicas do Estado de São Paulo. Atualmente, não há nada mais

surrealista do que uma greve universitária. De um lado, o governo, quase sempre, mente com descaro cínico, manipula os dados orçamentários, diz e se desdiz, avança e recua, ameaça e chantageia, e de outro, o movimento sindical, tendo de negociar com uma administração distante, manipuladora e abstrata, vai pouco a pouco, para manter os grevistas mobilizados, convertendo a própria greve numa épica histórica, e os líderes adotam pose e discurso apocalípticos em sua pungência falsamente heróica. Pois bem, com a autonomia da gestão financeira, os movimentos grevista vivenciariam a força formativa e libertadora do concreto, os dados orçamentários seriam colocados "em cima da mesa", e a desejada e sonhada cooperação e participação de todos na criteriosa alocação dos recursos públicos, tornando-se real, reconciliaria, efetivamente, a palavra com a ação. *Terceiro:* Verifica-se a existência, em nossas Universidades Públicas, de uma forma de administração solidamente democrática e altamente parlamentarizada. Sendo assim, as questões de natureza acadêmica e de administração universitária só se convertem em decisões após serem submetidas a um processo de argumentação e deliberação públicas, em seus órgãos colegiados. E no Conselho Universitário a representação de segmentos da sociedade civil expressa concretamente a aspiração de a Universidade ter no seu órgão superior de decisão e administração a cooperação permanente de representantes de importantes segmentos da sociedade que a sustenta e justifica.

Nessa rápida caracterização de aspectos da Universidade, usei enunciados descritivos, emiti juízos de valor, formulei, em linhas muitos gerais, enunciados que propõem ações estratégicas para a consolidação da autonomia universitária. E o fiz propositadamente, pois, de um lado, não me parece adequado à natureza dessa aula desenvolver argumentação cerrada sobre um item de uma explanação mais geral e, por outro lado, nosso objetivo é tão-somente o de sublinhar dimensões da Instituição universitária que não a convertam em instância hispostasiada à "crise brasileira" o que seria, diga-se de passagem, rematada tolice.

Formulemos, então, a questão que poderá vincular os dois eixos do tema de nossa aula: qual o papel da Universidade no esforço de superação da crise brasileira? Não se tem, é claro, nenhuma fórmula mágica e nenhuma sugestão que se faça é necessariamente excludente. Em todo o caso, penso que a Universidade brasileira tem o dever de buscar, em primeiro lugar, a excelência no cumprimento de sua finalidade precípua que é a de produzir e transmitir a ciência rigorosa, em todas as suas múltiplas e diferenciadas objetivações. As iniciativas que venham descaracterizá-la, fragilizando sua identidade, desviando-a para

o imediato, que se apresenta quase sempre de forma sedutora, devem ser descartadas sem vacilações e remorsos. Na formação de nossa comunidade histórica, coube às instituições universitárias não somente transmitir o saber constituído, mas participar, como centros de pesquisa avançada na produção do saber. E a realização dessa responsabilidade, historicamente confiada às Instituições universitárias brasileiras, não pode, não deve ser solapada pela tentação de subjugar-se à conjuntura, justificando-se, possivelmente, nas remanescências das utopias totalizadoras e mobilizadoras, acompanhada dos dispositivos retóricos das éticas dos fins absolutos. Nada a meu ver mais inatual, reacionário e prejudicial ao Brasil.

Acredito que nos próximos anos, pelo menos duas grandes iniciativas irão impor-se a nosso País para superar os seus grandes dilemas enquanto sociedade que se deseja sensata, justa e democrática sem renunciar à eficiência imanente às sociedades modernas: realizar, de forma ajustada à natureza do mundo contemporâneo as reformas sociais que venham pôr fim ao insuportável *apartheid* social em que vivemos. E, ao mesmo tempo, participar ativamente na construção da nova ordem internacional. Parece-me que constitui grande equívoco supor que a dissolução do bloco socialista e o fim da guerra fria tenham automaticamente causado a instauração de uma nova ordem internacional sob a tutela ou a coordenação hegemônica dos Estados Unidos. Há muitos indícios de que esta ordem está, na verdade, em construção e a participação de um país da importância do Brasil, a décima potência industrial do mundo, é decisiva para nós e para uma boa configuração da nova ordem internacional que venha a se constituir. Assim, não podemos reformar socialmente a nação, desvinculando-a do esforço de participar da instauração de uma nova ordem internacional mais integrada e, ao mesmo tempo consonante com certos valores da justiça e da democracia. Mas também não podemos participar desse esforço sem realizar as reformas radicais que venham pôr fim à desordem social de que somos cúmplices. Tarefas imensamente complexas e difíceis, e que, principalmente as reformas sociais, não poderão ser mais realizadas com as ilusões da ética dos fins absolutos.

No meu entendimento, algumas Universidades, através de seus centros de pesquisa, poderão associar-se a ambos os projetos sem se desfigurar. Há, em algumas instituições universitárias, acervo considerável de estudos e de elaborações de cenários alternativos para a consecução das reformas sociais. É indispensável que um governo com sólido respaldo popular e com a contribuição das elites intelectuais, sindicais, empresariais se disponha a fazer o inadiável. Hoje todos nós que aqui nos en-

contramos, fomos testemunhas televisivas, oculares, da finitude de um império, de uma grande constelação histórica. E é mais do que evidente que a nova ordem internacional não será meramente política e econômica. Ao contrário, o espantoso desenvolvimento das ciências tornaram-nas a mais poderosa força produtiva de nossos tempos. E a definição das regras de cooperação internacional entre a comunidade internacional dos cientistas terá de ser claramente mediatizada e conciliada por órgãos internacionais, que são em sua essência, mandatários dos estados nacionais. As mediações políticas do progresso e da universalização da ciência e de suas inumeráveis traduções tecnológicas, exigirão, no caso brasileiro, cooperação regular entre a comunidade científica brasileira e nossos agentes governamentais que, num futuro próximo, deverão participar da definição de normas e da afirmação de valores que definam regras operacionais e consolidem princípios axiológicos que venham a estimular, regularizar e estabilizar, dentro de parâmetros flexíveis, a progressiva integração internacional dessa prodigiosa força produtiva que se tornou a ciência rigorosa. A sobrevivência e a emancipação da espécie humana disso depende.

Meus queridos amigos, desdramatizemos, então, o uso crepuscularmente melancólico da expressão "crise brasileira", uma espécie de desalentada e insidiosa forma de desesperarmos de nós mesmos, pois a perda das ilusões poderá ser um avanço, um ganho da razão no mais íntimo de nós mesmos.

Endereço do autor:
Rua Dante, 494 / 201
30240-290 — Belo Horizonte — MG